

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 155.833 - PE (2017/0317763-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E PRIVATIVA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SÃO LOURENÇO DA MATA - PE
INTERES. : IVONE SOARES DA SILVA
ADVOGADOS : MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA - PE000573A
KARLA GABRIELA SOUSA LEITE CARTAXO - PB011755
NARRIMAN XAVIER DA COSTA E OUTRO(S) - PB010334
INTERES. : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE020670
DIOGO DA CRUZ BRANDÃO FONT E OUTRO(S) - RJ157266
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 9ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, suscitante, e o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e Privativa da Infância e Juventude de São Lourenço da Mata – PE, suscitado, nos autos de ação que objetiva o pagamento de coberta securitária em razão de vícios na construção de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, ajuizada por Ivone Soares da Silva em face de Sul América Companhia Nacional de Seguros.

Instado a se manifestar, o MPF opinou pela declaração de competência do r. juízo federal. (fls. 126/133)

É o relatório.

Decisão.

O presente incidente está **prejudicado**.

1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu, no âmbito do Recurso Extraordinário 827.996/PR, a repercussão geral da matéria constitucional relacionada à existência, ou não, de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e se, via de consequência, competiria à Justiça Federal o processamento e julgamento das ações dessa natureza, o que, à toda evidência, enseja a prejudicialidade do exame da questão nesta sede

Superior Tribunal de Justiça

processual, recomendando-se, portanto, o sobrestamento, em seus respectivos juízos, da discussão até ulterior deliberação definitiva do STF. Nessa linha de entendimento, confira-se: CC 138.839/SP, Min. Marco Buzzi, DJe de 10/06/2019; CC 165.579/RJ, Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 14/05/2019; CC 165.296/PB, DJe de 06/05/2019; AgInt no CC 149.873/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 17/03/2020.

2. Do exposto, julga-se prejudicado o presente conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se aos r. juízos suscitado.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator